

# MANDATO DE MASCULINIDADE E VULNERABILIDADES DE GÊNERO POTENCIALIZADAS PELA PANDEMIA DE COVID-19

## VULNERABILIDADES DE MANDATO Y GÉNERO DE MASCULINIDAD POTENCIALIZADAS POR LA PANDEMIA DE COVID-19

Michelle Moraes Santos **1**  
Luís Antonio Bitante Fernandes **2**

**Resumo:** Este artigo é resultado de uma aproximação analítica entre os dados levantados pela pesquisa “Respostas do Sistema de Justiça Criminal da Comarca de Várzea Grande (MT) à violência doméstica e familiar contra mulheres” e reflexões sobre situações enfrentadas pelas mulheres em tempos de distanciamento social, recomendado pela Organização Mundial de Saúde, em razão da pandemia de Covid-19. Realizou-se a análise através das categorias patriarcado, decolonialidade, dispositivos do poder e mandato de masculinidade, possibilitando, assim, perceber as vulnerabilidades de gênero dentro de seis pacotes de poder: bélico, sexual, econômico, intelectual, moral e político. Estes pacotes disparam normas que objetivam controlar, violar e explorar o corpo feminino de formas distintas, dadas sua localização, classe, raça/etnia, idade, educação, sexualidade, entre outras interseccionalidades, denunciando, no contexto atual, um elevado aumento de violência contra as mulheres.

**Palavras-chave:** Mandato de Masculinidade. Violência contra Mulheres. Relações de Poder. Pandemia da Covid-19.

**Resumen:** Este artículo es el resultado de una aproximación analítica de los datos recopilados de la investigación “Respuestas del Sistema de Justicia Penal del Distrito de Várzea Grande (MT) a la violencia doméstica y familiar contra la mujer”, correlacionada con reflexiones sobre situaciones que enfrentan las mujeres en tiempos de distancia social, que fue recomendado por la Organización Mundial de la Salud, debido a la pandemia de Covid-19. El análisis se llevó a cabo a través de las categorías de patriarcado, descolonialidad, dispositivos de poder y mandato de masculinidad, lo que permite percibir vulnerabilidades de género dentro de seis paquetes de poder: guerra, sexual, económico, intelectual, moral y político. Estos paquetes desencadenan normas que tienen como objetivo controlar, violar y explotar el cuerpo femenino de diferentes maneras dada su ubicación, clase, raza / etnia, edad, educación, sexualidad y otras intersecciones, denunciando, durante la pandemia, un alto aumento de la violencia contra las mujeres.

**Palabras clave:** Mandato de Masculinidade. Violência contra Mulheres. Relações de Poder. Pandemia Covid-19.

- 1** Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Analista Assistente Social do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Integrante da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres da Comarca de Várzea Grande-MT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5916956740000268>. E-mail: michelle.moraes@mpmt.mp.br
- 2** Docente na UFMT/CUA, membro do PPGS/ICHS/UFMT/Cuiabá. Coordena o Núcleo de Pesquisa Libertas, o Grupo de pesquisa em Gênero, Identidades e Sexualidades - GIS; Pós-doutorando pelo PPGAS/UFG; Membro do LEX - Laboratório de Experimentações Etnográficas e Marcadores Sociais das Diferenças (PPGAS/UFG); da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BG/MT); da Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação - RECONAL-Edu. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3459293971039268>. E-mail: luis.fernandes@ufmt.br

## Introdução

Enquanto mulheres coabitarem com homens que respondem positivamente ao mandato de masculinidade, milhares de pequenas bombas-relógio continuarão a explodir (ou estarão prestes a) no domicílio de famílias ricas, pobres, negras, não negras, religiosas, ateias, de zona urbana ou rural, enfim, como diz a famosa expressão brasileira, “do Oiapoque ao Chui”. De acordo com o Relatório “O Poder Judiciário e a aplicação da Lei Maria da Penha” (CNJ, 2018), transitavam, em 2018, no Sistema de Justiça, 13.825 casos de feminicídio no Brasil, sendo Mato Grosso o quarto estado com maior proporção de casos. Diante das orientações da Organização Mundial de Saúde acerca do distanciamento social, em decorrência da pandemia causada pela proliferação da Covid-19, os números de feminicídio aumentaram significativamente em todo o Brasil, e a porcentagem é estarrecedora nesse estado do Centro-Oeste: 400%<sup>1</sup> a mais em março de 2020 (10 casos), comparados a março de 2019 (2 casos).

A pandemia trouxe à superfície nossas mazelas sociais, econômicas, políticas, emocionais. De certa forma, todas as pessoas estão experimentando ou já experimentaram algumas destas vulnerabilidades: desemprego, redução da remuneração ou impossibilidade de aderir ao distanciamento social; ausência de moradia (pessoas em situação de rua) e saneamento, então o simples ato de lavar as mãos é uma complexidade; potencialização da carga de trabalho (teletrabalho, somado ao cuidado das crianças sem aula e ao trabalho doméstico); medo, angústia, insônia, ansiedade, entre outros sentimentos que podem corroborar para o desenvolvimento de algum transtorno/doença de ordem mental; aumento do uso de substâncias psicoativas, utilizadas, muitas vezes, para fugir da realidade e também como substituição de prazer/relaxamento que outrora se conseguia com atividades externas; comunicação violenta, a qual é desencadeada, muitas vezes, pelo stress, que potencializa os problemas e dificulta o exercício de empatia e a linguagem sem julgamento.

Nesse contexto desafiador, todas as pessoas são afetadas de alguma maneira, mas são as mulheres que, neste momento, estão morrendo em razão de um mal muito maior, instalado desde a colonização do Brasil: o feminicídio<sup>2</sup>, a morte em razão de ser mulher. Em notícias veiculadas nas mídias sociais de grande circulação ou em sítios específicos, como ONU-Mulheres e CLACSO Feminismos, observamos que houve, de um lado, a redução de crimes contra patrimônio, cargas e carros e, por outro lado, o aumento de crimes violentos contra mulheres. Em ambos os pontos, homens estão na linha de frente desses riscos enquanto polo ativo, contudo o distanciamento social, apesar de provocar a diminuição de oportunidades de cometer crimes de roubos e furtos, potencializou as vulnerabilidades de gênero, aumentando exponencialmente os crimes de violência doméstica contra mulheres.

O objetivo deste artigo é debater a relação entre a violência doméstica e familiar contra mulheres correlacionando com reflexões sobre situações enfrentadas pelas mulheres em tempos de distanciamento social, o qual foi recomendado pela Organização Mundial de Saúde, em razão da pandemia de Covid-19. Realizou-se uma trajetória de análise através das categorias patriarcado, decolonialidade, dispositivos do poder e mandato de masculinidade, possibilitando a descrição das vulnerabilidades de gênero dentro de seis pacotes de poder: bélico, sexual, econômico, intelectual, moral e político. Estes pacotes disparam normas que objetivam controlar, violar e explorar o corpo feminino de formas distintas, dadas sua localização, classe, raça/etnia, idade, educação, sexualidade, entre outras interseccionalidades, além de sustentar as categorias do patriarcado e do pensamento decolonial.

## O patriarcado e a colonialidade: a compulsoriedade de gênero

Segundo Minuchin (1990), toda família possui um conjunto de exigências funcionais que, além de serem invisíveis, organizam a maneira com que xs membrxs interagem entre si, e esta

<sup>1</sup> Dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

<sup>2</sup> A linguagem do feminicídio é o sacrifício do corpo feminino ao bem maior, de um bem coletivo, é uma das formas de fazer o teste e de conquistar o poder do macho (SEGATO, 2003).

pode ser comparada a um sistema que funciona baseado em padrões relacionais. O padrão de funcionamento da nossa sociedade ainda é marcado pela ordem patriarcal, entendido como um tipo hierárquico de relação de poder desigual entre duas categorias sociais — homens e mulheres, na qual uma categoria ocupa a posição social de opressão (dominação-exploração) e outra categoria assume a posição de submissão, com prejuízo na resistência ao status quo. Atingimos a contemporaneidade, alçamos voos altos em tecnologias no intuito de proporcionar praticidade e “descomplicar” a vida diária, porém é árdua a luta de desconstrução da estrutura que a colonização consolidou.

Colonizadores, europeus em poderio de uma história, saberes e cultura universalizantes, dominaram territórios, corpos e mentes, inferiorizam e subalternizam, até hoje, comportamentos, crenças, autoimagem e pensamento de povos colonizados através de uma nova roupagem, a da suposta modernidade capitalista, que promove não somente um modelo econômico, mas um modelo social, cultural e ideológico.

Desta forma, Lugones (2014) propõe uma teorização descolonial do gênero, por concluir que a composição de gênero perpassa pelas formas de colonialidade (poder, saber, ser), pelo eurocentrismo e pelas intersecções com raça, classe e sexualidade. Faz críticas similares às de Connell (2016) sobre o conceito de gênero importado dxs<sup>3</sup> teóricxs do Norte, que fabricam, no nosso imaginário (de nativos), a naturalização da existência, em países latino-americanos e/ou países do Sul colonizados, de uma ordem de gênero essencialmente marcada pela posição do homem no polo dominador e da mulher no polo de submissão, quando, na verdade, olhando para dados históricos e antropológicos de teóricxs do Sul, vislumbramos outras experiências, inclusive, matriarcais. Sonia Monecino, em *Identidades e diversidades no Chile* (2001); Uma Chakravarti, em *Gendering Caste: Through a Feminist Lens* (2003); Teresita de Barbieri, em *On the category “gender”: a theoretical-methodological introduction* (1992); Heleieth Saffioti, em *A mulher na sociedade de classes* (1969); Marta Lamas, em *Gênero: alguns esclarecimentos conceituais teóricos*, (2011), entre tantas outras: apesar de beberem nas fontes nórdicas, auxiliam na descolonização do método e na percepção de uma diversidade de ordens de gênero.

*Sexo versus gênero*, ao longo do tempo, foi alvo de debates entre estudiosas feministas, dualizando conceitos que chegaram ao ápice através das seguintes questões: é real/natural ou socialmente construído? Existe uma essência sexual/de gênero determinada antes do nascimento ou nosso corpo é um copo vazio a ser preenchido por discursos e experiências? A resposta que encontramos em Fausto-Sterling (2001) é que não dá para simplificar e dicotomizar questões complexas como gênero, sexualidade e desejo. A autora aponta estudos do pesquisador sexual e psiquiatra estadunidense Flitz Klein, o qual escreve que, na orientação sexual, por exemplo, há variáveis dentro de uma escala temporal passado-presente-futuro: atração sexual, comportamento sexual, fantasias sexuais, preferência emocional, preferência social e autoidentificação. Se estamos mudando, essas variáveis também mudam de acordo com o contexto histórico, portanto são atemporais e não universais. A história mostra que um mesmo comportamento pode ser visto e sentido de maneiras diferentes, considerando a cultura, a política, a religião e a economia da época.

O estudo de Fernandes e Arisi (2017), em *Gay Indians in Brazil: Untold Stories of the Colonization of Indigenous Sexualities* (“Índios gays no Brasil: histórias não contadas da colonização das sexualidades indígenas”), analisado por Maciel (2018), mostra como a ideologia e o *habitus* europeu foram, de forma compulsória, impostos à população indígena no Brasil (podendo ser estendido a negras e negros), reprimindo os modelos de emoção, desejos e sexualidades que, para os colonos, eram destoantes, portanto necessitava de controle. O controle era exercido através de ações da Igreja (Companhia de Jesus), por meio do medo, da força e do castigo, e, mais tarde, por ações do Estado (Serviço de Proteção aos Índios — SPI e a Fundação Nacional do Índio — FUNAI) para adesão de relações monogâmicas e heterossexuais. Por isso, compreende classe, raça e sexualidade conectadas social, histórica e culturalmente para ampliar e perpetuar o sistema de poder.

<sup>3</sup> Considerando a importância de escrever através de uma linguagem que inclua diferentes gêneros ao longo deste trabalho, a letra “x” será utilizada para designar pessoas femininas, masculinas ou de outros gêneros/sexos.

## Relações de poder: estratégias e dispositivos

Quando nascemos, deparamo-nos com um espaço pronto, mas não acabado; ele está em constante construção e desconstrução. Partindo deste pensamento, fica claro que o indivíduo não está desassociado da sociedade, e, portanto, existe um processo influenciador entre eles. Pessoa forma a comunidade, a comunidade forma a pessoa, e esta formará novamente a comunidade. Nessas configurações, há uma série de poderes<sup>4</sup>, “ações sobre ações”, como dizia Michel Foucault (2019): antes de reprimir, há a produção de uma realidade; antes de ideologizar, há a produção de uma verdade. O que temos são, então, dispositivos<sup>5</sup> por meio dos quais se opera o poder. Para tal empreitada, a categoria de dispositivo permite apreender as singularidades dos acontecimentos, interrogando-os, para compreender o *modus operandi* da sociedade atual, e descrevendo-as, para provocar rupturas e emergir novos sentidos, novos modos de ser.

Estes são, na interpretação de Deleuze (1990), descritos como necessidades históricas das práticas discursivas (linguagem) e não discursivas (ação) que regulam/controlam a vida da população, ou seja, que desempenham função estratégica dominante. Portanto o referido desemaranha as linhas de um dispositivo em quatro dimensões: a primeira dimensão, “Curvas de Visibilidade”, trata-se de elementos que podem ser visibilizados ou invisibilizados; a mídia, por exemplo, ocupa um importante papel na seleção de conteúdos que serão vistos (ou não) pela população, e, em vários momentos, essa mídia é controlada pelas elites do poder.

A segunda dimensão, “Curvas de Enunciação”, diz respeito ao jogo de luz sobre elementos que poderão ser excessivamente ditos ou omitidos, e quem controla os holofotes é o poder. “Uma ciência, em um determinado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social definem-se precisamente pelos regimes de enunciações” (DELEUZE, 1990, p. 155). Vejamos, por exemplo, como nos últimos anos se propagou excessivamente o termo “ideologia de gênero”, a ponto de grupos do Poder Legislativo, em várias regiões do Brasil, produzirem leis que proíbem o desenvolvimento de qualquer conteúdo sobre gênero e sexualidade nas escolas.

A terceira dimensão, “Linhas de Força”, relaciona-se às formas de exercício do poder para controle das coisas e das palavras: a religião, a mídia, a família, a escola, o Estado. E, por último, as “Linhas de Subjetivação”; entendida como efeitos das dimensões anteriores, “é um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes instituídos” (DELEUZE, 1990, p. 155), em outras palavras, é a produção de pessoas, produção de si por si mesmo (modos de ser, de pensar, de agir).

Esse processo nunca está concluído; pelo contrário, é móvel, em curso, sempre plural, afinal estamos sempre aprendendo e nos transformando. Vislumbra-se, assim, o poder de forma relacional, difusa, estratégica, operatória e fluida em variados contextos, “inúmeros pontos de enfrentamento, focos de instabilidade, cada um comportando seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória das relações de força” (DELEUZE, 2005, p. 35), as quais se modificam de acordo com as transformações sociais.

Quando Foucault (2019) desdobra a microfísica do poder, ele propõe que investiguemos o poder para além dos seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes, para captá-lo em suas extremidades, nas suas formas e instituições mais regionais. Por isso, a questão não é quem está no poder, qual sua intenção ou o que almeja, mas investigar práticas reais, como funcionam as coisas em termos de sujeição de corpos, direção de gestos, regimes de comportamentos, enfim, análise do progresso de sua constituição, história, caminho, técnicas e táticas. Elias (1994) nos ajuda a iniciar esse processo de análise nas relações de poder entre os sexos, quando discorre sobre

4 Norbert Elias e Michel Foucault, enquanto pensadores outsiders, fornecem um vocabulário teórico-conceitual e percepções singulares para pensar as relações de poder para além do prisma vertical. Para ambos, o poder não é uma coisa, um objeto, algo que se pode possuir, não é propriedade de alguém, não está localizado em determinada estrutura, não possui essência ou atributo. O poder não é adquirido e conservado pela classe dominante, no aparelho do Estado, não está subordinado a um modo de produção nem agindo através de violência ou ideologia, assim como acreditam os marxistas.

5 Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2019, p. 364).

o processo de “modelagem social”, ou seja, a construção de modelos femininos e masculinos de pessoas. Nesse movimento de civilização, há constantes estratégias de coação externa e coação interna que impulsionam a formação da identidade de gênero binária (homem ou mulher) e a correspondência com um tipo de sexualidade (heterossexual). O que se busca é a internalização e incorporação de padrões de comportamento que posicionem pessoas nas estruturas e favoreçam o pleno desenvolvimento de seus respectivos papéis sociais. Por este motivo, o autor relata o caráter decisivo dos primeiros anos de vida, pois, enquanto criança, é mais fácil a regulação de mentes e corpos através de símbolos e simbologias (cores, brincadeiras, desenhos, vestimentas, discursos). É um processo de longo prazo e com constantes estímulos de controle.

No que diz respeito aos costumes matrimoniais, Elias (1998, p. 210-211) utiliza a evolução na sociedade romana como parâmetro para analisar as desigualdades entre os gêneros, fatos que também fizeram parte do universo de colonização da sociedade brasileira: o casamento “por compra” na fase tribal, sendo as mulheres objetos de troca entre grupos distintos para selar a paz e a amizade; posteriormente, com o avanço do nível de civilização, o casamento, no Estado-Nação, era utilizado para negociação política, como demarcação de poder e status entre famílias distintas e com interesses afins; a mulher era inferiorizada em “termos de força física e consciência de sua própria força”, tendo em vista a conjuntura da época, “onde a sobrevivência de um grupo dependia em grande parte da força ou capacidade de seus membros de lutar, especialmente os homens. Essas capacidades foram então decisivas para o status e a posição social das pessoas”.

Com esses extratos históricos, percebe-se que um dos principais instrumentos de poder era a *corporificação social*, o que Connell (2016) vai definir como processo coletivo e reflexivo que envolve os corpos em dinâmicas sociais e, por sua vez, as dinâmicas sociais nos corpos<sup>6</sup>.

Reconhecendo a historicidade dessas interações para as dinâmicas sociais, Connell lembra que são os corpos das mulheres alvo do poder e da vingança em todo o globo, por exemplo: em guerras ou conflitos, quando um grupo pretendia dominar o outro, era comum que os homens estapassem as mulheres do grupo oposto como forma de opressão. No período de colonização do Brasil, muitas índias e negras foram estupradas após a dominação do território — um dos fatores que conhecemos como miscigenação.

Essa mudança emancipatória de mercadoria para pessoa de direitos se deu através da aquisição de capital econômico, político, cultural e social, movimento ocorrido, como apontado por Elias (1998), na segunda metade do século II antes de Cristo, originando novas formas de luta: as filhas solteiras acessando o espaço educacional, mulheres casadas conquistando o direito à sua propriedade e o direito de poder se divorciar segundo sua própria vontade. As mulheres começaram a se encarregar de suas próprias vidas quando alcançavam independência, principalmente financeira, fluindo, desta forma, o desenvolvimento de autonomia pessoal, social e conjugal. Essas mudanças proporcionaram um maior equilíbrio de poder entre os gêneros, inicialmente no casamento e nas decisões do espaço doméstico e, sucessivamente, foram conquistando voz em espaços públicos.

Há, como Butler (2003) apontou, uma produção de parâmetros de pessoas, uma construção social, cultural, política e histórica de masculinidades e feminilidades, que condiciona a manifestação da identidade de acordo com as normas vigentes. Fabricam, ou tentam insistentemente fabricar, um determinado tipo de homem — heterossexual, autoritário, trabalhador, chefe de família, forte, resistente físico, racional, agressivo — e um determinado tipo de mulher — heterossexual, mãe, submissa/dependente, recatada, cuidadora do lar e da família, afetuosa, emocional, frágil. Todo um aparato estrutural e ideológico é montado nos bastidores, para que a peça seja perfeita, ou seja, para que cada um ocupe o seu lugar e desenvolva o seu papel. Formulam ideias, definem moralidades, afirmam a hegemonia, definem na mão de quem estarão os recursos de poder, “as pessoas que administram as corporações, os departamentos governamentais e as universidades são homens” (CONNELL, 1987, p. 107, tradução nossa), são eles, mesmo em minoria — comparado

<sup>6</sup> Para compreender a corporificação social é preciso reconhecer a agência dos corpos; não apenas sua materialidade como objetos, mas igualmente seu poder produtivo em relações sociais. Fertilidade, trabalho, crescimento, envelhecimento, debilitações, mobilidade e vulnerabilidade são importantes aos processos sociais, e não como condições externas que influenciam a sociedade a partir de outro reino da realidade. [...] A corporificação não é mero reflexo, nem apenas uma reprodução, nem somente uma citação. É um processo que gera, a cada momento, novas realidades históricas: novas possibilidades corporificadas, experiências, limitações e vulnerabilidades para as pessoas envolvidas (CONNELL, 2016, p. 48-49).

ao número muito maior de população de mulheres — que organizam as regras do jogo, “tem o poder de produzir condutas e lugares sociais” (BORDIEU, 2003 apud CANUNTO, 2018, p. 79). Todo esse poder é carregado de privilégios e desigualdades que geram violência e opressão.

## Mandato de masculinidade na contramão dos Direitos Humanos

Podemos afirmar, sem dúvida, que a modelagem social continua girando em torno de um “mandato de masculinidade”, como enuncia Segato (2003), uma ordem de poder que dispara normas de como ser macho e de como manter o poder do macho, como já bem nos explicou Saffioti (1987). Quem são os responsáveis por esses disparadores de normas? Claramente, as elites do poder: homens brancos, ricos e com prestígio, héteros e urbanos, que centralizam informações, instituem e manobram critérios e padrões dominadores, comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna, que usufruem de todos os privilégios em ser homem.

Essas normas objetivam controlar, violar e explorar o corpo feminino em dois eixos que se interconectam: verticalmente (relações assimétricas de poder entre o violador e a vítima) e horizontalmente (relações de aliança e competição entre o violador e seus pares homens). Os meninos observam, interiorizam, incorporam esses valores e almejam possuir esse *status*, por isso precisam provar desesperadamente o tipo de masculinidade que o sistema exige para ganhar a solidariedade horizontal entre outros homens e se hierarquizar como superiores perante as mulheres e o feminino. São ciclos regulares de restauração desse poder, em que um eixo conserva a estabilidade do outro eixo através dos rituais (práticas) e dos discursos. Esse poder pode ser exibido constantemente através de seis pacotes: sexual, bélico, político, econômico, intelectual e moral. Dentro de cada pacote, existem vulnerabilidades potencializadas pela pandemia e que necessitam de ações de enfrentamento.

No pacote bélico, é perceptível que homens são treinados para guerrear contra os outros e contra si mesmos, por exemplo, quando nos questionamos sobre o sexo-gênero que compulsoriamente é chamado ao alistamento militar, ou que é mais entretido em jogos virtuais violentos e, ainda, quando averiguamos qual sexo-gênero que está mais envolvido com crimes violentos, encontramos os homens como resposta. Percebe-se que, o tempo todo, homens são moldados para se diferenciar do sexo-gênero feminino ou tudo que se correlacione com a feminilidade.

A respeito desse modelar das masculinidades, recentemente a *Netflix* lançou um documentário chamado *The mask you live in* (“A máscara em que você vive”), denunciando a “crise dos meninos” nos EUA e indicando dados preocupantes: 99% dos meninos jogam *videogame*; os mais viciantes são violentos; jogos apropriados para a faixa etária a partir dos 10 anos de idade já contêm situações de violência (função de destruir o inimigo e dominar territórios). É espantoso que responsáveis não confirmem essas classificações, deixando os meninos expostos à violência desde pequenos, o que, conseqüentemente, interferirá na sensibilidade à dor e ao sofrimento das outras pessoas e ainda predispõe a comportamentos agressivos. Essa é uma vulnerabilidade que a pandemia potencializa: as crianças, com a suspensão das aulas e a contenção da mobilidade social, possuem bastante tempo livre dentro de casa, portanto gastam mais horas acessando tais jogos virtuais; no caso, os meninos são os mais impactados.

Dentro do pacote sexual, homens dominam e controlam corpos de mulheres. É produzida a legitimação de dois sexos-gêneros (masculino e feminino) e de uma orientação sexual (hétero); da manutenção da virgindade, castidade e maternidade compulsória para as mulheres; dos estereótipos corporais femininos, entre tantas outras formas. Se partirmos desse pressuposto, estupradores são produzidos pela nossa cultura. Quando meninos são ensinados a “caçar” mulheres (ato de buscar relações sexuais), eles vão se comportar da seguinte forma: “Quem é essa? Queria pegar! Quero comer! Queria fazer um estrago nela!”. Ou seja, estamos, consciente e inconscientemente, de propósito ou sem querer, a não ver humanidade nas mulheres. O adjetivo “essa” e o verbo “pegar” são utilizados como caracterização da mulher enquanto objeto, e as palavras “comer” e “estrago” são subintensões de comportamento violento.

Esse processo é construído desde a infância, quando os meninos possuem acesso livre a

pornografia e são estimulados a experienciar a sexualidade hétero. Este movimento produz, de forma sutil ou agressiva, cobranças às meninas e mulheres de afinação com a cultura do estupro, para, desta forma, serem utilizadas como objeto de satisfação sexual. Quando elas se recusam a performar o ato sexual presente nos vídeos, são culpabilizadas e pressionadas psicologicamente.

Na dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Mato Grosso, recentemente defendida, “Respostas do Sistema de Justiça Criminal da Comarca de Várzea Grande (MT) à violência doméstica e familiar contra mulheres”, descrevemos dois casos de mulheres ofendidas entrevistadas que exemplificam a explicação acima. Alice<sup>7</sup>, por longo período, foi coagida a manter relações sexuais estilo *ménage à trois*, expressão francesa que se refere a uma relação erótica e afetiva envolvendo três pessoas: “*Ele falava que era um fetiche dele me ver junto com outro homem, [...] falou uma vez que, se eu fizesse tudo que ele queria fazer, ele ficava comigo, dos fetiches dele [sic]*”. Ela, porém, nunca aceitou a situação, e, nesses episódios de negativas, o companheiro dizia: “*Deixa, quando eu arrumar uma pessoa que faz tudo isso aí, você vai dançar? Passava alguns dias, ele desmentia. Ele ficava trabalhando isso na minha mente, tipo: é verdade? É mentira? O que é isso? [sic]*”. Foram constantes abusos e violências psicológicas: “*Ele falava que era brincadeira, que tava me testando pra ver se eu cairia na conversa dele, se eu gostava disso. Daí passava alguns dias, ele fazia de novo, daí ele parava. Ele me agredia com palavras, que não gostava mais de mim, coisas que machucavam [sic]*”. O que demonstra, de forma clara, o ciclo da violência.

Outro caso foi o de Helena, que sofreu violência sexual com a introdução de um utensílio doméstico (um rolo de abrir massas) em seu ânus; mesmo com as súplicas de Helena para que ele não fizesse isso com ela, pois temia morrer, ou solicitando pelo menos o respeito em razão de ser mãe do seu filho, Alvares respondeu à ofendida, com tom irônico, que ela gostava, que ela merecia, que ela queria, e, observando a esposa chorando, sofrendo, sangrando, ele forçava mais. Depois de todo esse ato (que mais parece um filme de terror por ter se repetido por três dias), ele ainda manteve relação anal com Helena e, na sequência, introduziu a mão o máximo que ele conseguiu, deixando-a toda machucada.

Segato (2003) enfatiza, com veemência, a violência sexual enquanto um ato político de poder e dominação que estrutura um jogo constante de provas da masculinidade dominante, “porque la masculinidade, a diferencia de la femineidad, es un estatus, una jerarquia de prestigio, se adquiere como un título y se debe renovar y comprobar su vigencia como tal” (SEGATO, 2018, p. 40).

São essas vulnerabilidades de gênero que a pandemia potencializa: crianças mais expostas à pornografia digital, mulheres mais expostas ao estupro de seus parceiros e mulheres desenvolvendo baixa autoestima por não conseguirem dar continuidade aos procedimentos de embelezamento, afinal, cotidianamente, o sistema reforça que nós mulheres sejamos magras, sem pelos, com cabelo comprido e liso, seios durinhos, barriga “tanquinho”, cintura fina, estejamos com maquiagem, unhas pintadas e assim por diante.

Adentrando no pacote econômico, verifica-se que, apesar de as mulheres galgarem melhores posições no mercado financeiro desde a expansão industrial, sua participação ainda é subalternizada. Acima, descrevemos que as mulheres representam 70% dxs trabalhadorxs na área da saúde, mas, de acordo com o mesmo relatório, elas ganham 28% menos que os homens da mesma área<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Os nomes utilizados neste artigo que fazem referência às mulheres em situação de violência são fictícios, visando ao não comprometimento de sua segurança pessoal. Os depoimentos das pessoas entrevistadas estão destacados em itálico.

<sup>8</sup> A segregação ocupacional (10%) e o horário de trabalho (7%) podem explicar a maior parte dessa lacuna, mas mesmo quando se considera “trabalho igual”, permanece uma diferença de 11% na “remuneração igual”. Prevê-se que a tendência de aumentar a participação de mulheres em ocupações altamente remuneradas diminua essa diferença em 4% nos próximos 20 anos. Há uma janela para políticas aproveitarem esse momento e tomarem medidas concretas para acelerar a participação das mulheres em ocupações de saúde altamente qualificadas. Para obter remuneração igual por trabalho igual, é necessário abordar a diferença de 11%. De acordo com a Convenção nº 100 da OIT (Igualdade de Remuneração), ratificada por 173 países, os direitos trabalhistas contra a discriminação sexual devem ser aplicados para garantir remuneração igual para homens e mulheres trabalhadores por trabalhos de igual valor. Embora não seja capturado pelos dados do LFS, deve-se reconhecer que grande parte do trabalho em saúde realizado por mulheres é trabalho não remunerado. Os investimentos na criação de trabalho decente no setor da saúde podem apoiar a tradução do trabalho informal em emprego no setor formal (BONIOL

Biroli (2018) está certa ao afirmar que a divisão sexual do trabalho produz identidades, vantagens e desvantagens que extrapolam o privado, pois, por mais que as mulheres possuam “permissão” dos homens para adentrar profissionalmente em espaços masculinizados, continuam em sua maioria no espaço doméstico. Vamos trazer à baila evidências científicas: o “Relatório Índices e Indicadores de Desarrollo Humano 2018” apontou que, “a nivel mundial, el valor medio del IDH de las mujeres (0,705) es un 5,9% más bajo que el de los hombres (0,749)” (PNUD, 2018, p. 5); que 75,3% dos homens em idade ativa (15 anos ou mais) estavam, em 2017, empregados ou buscando empregos<sup>9</sup>; que os homens (US\$ 19.525) recebem muitos mais que as mulheres (US\$ 10.986), pois são os que mais são promovidos, além de acessarem com maior facilidade cargos com salários altos e reivindicarem aumentos salariais com maior frequência; já as mulheres estão, em sua maioria, em profissões mal remuneradas (diarista, cuidadora, serviços gerais, professora, etc.) e, quando atingem posições de liderança, sofrem assédio moral para valorização do trabalho em detrimento da família. Dessa maneira,

[...] a opressão das mulheres permaneceu, porém transformada. “Elas não são mais barradas das arenas públicas, mas são ainda assim subordinadas nessas arenas”; a expropriação de seu trabalho se daria agora de forma mais coletiva do que individual, e a casa, que continuaria a ser um espaço de opressão, já não seria o principal lugar em que transcorre a vida das mulheres. No “patriarcado público”, Estado e mercado de trabalho passariam a ser as dimensões em que as coerções se organizam e se institucionalizam. Novas formas de inclusão seriam acompanhadas também renovadas de opressão e controle (BIROLI, 2018, p. 31-32).

Observa-se, ainda, que, na pandemia, e numa lógica patriarcal e colonial, homens desempregados ou ganhando menos que suas parceiras se sentem inferiorizados e se comportam com agressividade, e isso acaba sendo potencializado pelo uso de álcool ou outras drogas<sup>10</sup>; que as mulheres estão na linha de frente das profissões indispensáveis neste momento, como enfermagem (elas são 70% dxs trabalhadorxs da área de saúde e do terceiro setor no mundo, segundo estima o relatório “Gender equity in the health workforce: Analysis of 104 countries do WHO Health Workforce Department”). O baixo fluxo de pessoas nas ruas e as medidas de isolamento social impedem pessoas autônomas (em sua maioria mulheres) de gerar sua renda; na maioria das vezes, essa é a única fonte de sustento para toda a família. Mães solo possuem sérias dificuldades de garantir a segurança e o cuidado das crianças, já que as escolas estão com as aulas suspensas e, muitas vezes, não possuem familiar próximo para auxiliar (de acordo com a pesquisa “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015”, mais de 40% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres; destas, 26,8% são mães solo).

Compreendemos que está dentro do pacote intelectual a produção de crenças para mulheres receberem o comando dos homens, para se autorrealizarem somente através do casamento e da

---

et al., 2019, p. 5, tradução nossa).

9 O primeiro indicador examinado é a taxa de participação, que mostra a parcela da população em idade ativa (16 a 59 anos) que está trabalhando ou à procura de trabalho. Este é um indicador em que o viés de gênero é bastante claro: as barreiras para as mulheres entrarem no mercado de trabalho se mostram presentes, apesar dos avanços das décadas passadas. Os últimos vinte anos parecem indicar que as brasileiras atingiram um “teto” de participação difícil de ser ultrapassado. Entre 1995 e 2015, a taxa de participação feminina pouco oscilou em torno dos 54-55%, não tendo jamais chegado a 60%. Isto significa que quase metade das brasileiras em idade ativa está fora do mercado de trabalho. O percentual masculino chegou a 85% e vem caindo, tendo alcançado menos de 78% no último ano da série (PNAD, 2017, p. 2).

10 Na análise de conteúdo dos documentos de oferecimento de denúncia pela 6ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Várzea Grande, segundo maior município do estado de Mato Grosso, verificamos que, em 65,11% dos casos denunciados em 2017, os indiciados que cometeram atos violentos contra mulheres não estavam sob efeito de qualquer substância psicoativa. Segundo a fala da Promotora de Justiça, ela percebe que “mesmo aqueles que não bebem e não usam drogas ilícitas também agredem. Aquele que tem essa conduta, ele potencializa ao usar o álcool e droga, porque diminui os freios inibitórios, mas não é o motivador. Elas narram que percebeu que ele estava drogado, estava sob efeito de álcool etc., mas quando você vê todo o histórico, o comportamento dele não está ligado ao álcool e às drogas, mas potencializou no momento do crime [sic]”.



maternagem e, conseqüentemente, não almejem posição educacional, trabalhista, política ou outras atividades de empoderamento, alimentando a falsa ideia que subverter esse regime de gênero impositivo recai em desobediência às ordens divinas e, provavelmente, construção de lares infelizes — agora reflexione: infelizes para quem?

Dados do “Relatório Índices e Indicadores de Desarrollo Humano 2018”, no que diz respeito à educação, apontaram que meninas recebem maior atenção escolar no ensino fundamental e até o ensino médio, porém, na fase adulta, homens possuem mais acesso à escolarização; e, quanto mais baixo é o desenvolvimento humano<sup>11</sup>, mais alta é a probabilidade de meninas se casarem antes dos 18 anos e engravidarem ainda jovens, muitas das vezes antes de completarem o ensino básico. Isso prejudica oportunidades de educação, renda e independência.

Durante a pandemia, no Brasil, as unidades escolares suspenderam as aulas presenciais, o que, sem sombra de dúvidas, gerará impacto em todas as crianças, mas os danos serão distintos, considerando a classe social, a raça/etnia e o gênero. Sendo assim, temos algumas hipóteses de privilégios e prejuízos ao analisarmos essas interseccionalidades, as quais podemos dividir em dois grupos: o primeiro, de crianças socializadas por famílias com baixo poder aquisitivo, e o segundo, de crianças socializadas por famílias com médio a alto poder aquisitivo.

No primeiro grupo, formado majoritariamente pela raça negra, meninos são menos cobrados para dar continuidade à rotina de estudos no âmbito doméstico, meninas estão mais sobrecarregadas com atividades de estudo e tarefas domésticas<sup>12</sup>. Tanto meninos como meninas apresentam maiores dificuldades de acesso à internet<sup>13</sup>, o que limita a continuidade dos estudos e o acesso à cultura; encontram barreiras no apoio educacional, visto limitação de instrução educacional da própria família<sup>14</sup>; estão mais expostos ao estresse de familiares com dificuldades financeiras, conseqüentemente são mais vulneráveis a violências; possuem redução de contato com as amigas, por não possuírem créditos para manter a comunicação através do aparelho celular; ficam mais tempo sozinhos em casa, pois os responsáveis fazem parte da classe operária, a qual, em grande parte, não está em isolamento social, precisa trabalhar para sobreviver, o que gera maior exposição a riscos de vida; e estão mais expostos a situações de negligência, opressão, exploração, violência física, violência sexual, quando responsáveis contam com apoio de terceiros

11 Amartya Kumar Sen, economista e filósofo indiano, foi um dos criadores, acompanhado do paquistanês Mahbub ul Haq, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A proposta foi de medir o desenvolvimento dos países também sob o aspecto social (bem-estar), e não somente econômico (rendas, recursos), portanto o IDH mede o progresso da nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a renda leva em consideração o padrão de vida das pessoas, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência; a saúde diz respeito à expectativa de vida, ou seja, quanto mais longe (de forma saudável) as pessoas conseguem chegar em idade; e a educação se refere ao acesso ao conhecimento (a. média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e b. a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança).

12 Pesquisa realizada pela Plan Brasil mostra que 76,8% das meninas lavam louça, mas apenas 12,5% dos meninos o fazem. O trabalho doméstico das meninas é mais presente nos ambientes rurais (74,3% das meninas nas escolas rurais declaram limpar a casa) que nos ambientes urbanos (esse percentual desce para 67,6% nas escolas públicas urbanas e para 46,6% nas escolas particulares urbanas) (PLAN BRASIL, 2014, p. 10).

13 **Desigualdade social escancarada:** estudantes não tem acesso a tecnologias que são comuns do dia a dia, como computador pessoal e smartphone. “Eles [alunos] não têm celular da forma como as pessoas pensam — como um celular para cada um. Às vezes, tem um celular compartilhado para cada casa”, afirma a professora do Rio, Renata Rosseo, de 39 anos [...]. **Preparação para o Enem comprometida:** a situação aumenta a ansiedade daqueles que estão se preparando para exames seletivos. Sem computador, celular e internet para buscar o conteúdo, o estudante que já foi medalhista das olimpíadas de matemática duas vezes teme pelo futuro: “Sinto que estou andando para trás em relação ao Enem”, afirma Túlio Salvador Moraes Novaes, de 19 anos, aluno da rede estadual do RJ (Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/22/dois-meses-apos-a-suspensao-de-aulas-presenciais-alunos-pais-e-professores-relatam-como-esta-a-educacao-durante-a-pandemia.ghml>. Acesso em: 25/05/2020).

14 Um dos indicadores selecionados é a taxa de analfabetismo, que vem caindo de maneira importante no Brasil nas últimas décadas, mas que ainda não atingiu os patamares ideais e, nesse caso, apresenta um diferencial racial importante: em 2015, entre as mulheres brancas com 15 anos ou mais de idade, somente 4,9% eram analfabetas; no caso das negras, este número era o dobro, 10,2%. Entre os homens, a distância é semelhante (PNAD, 2017, p. 2).

(seja familiar ou das relações de amizade) para o cuidado enquanto estão no trabalho.

No segundo grupo, constituído em grande parte por brancos, encontramos mais privilégios que prejuízos, pois, apesar de meninos estarem mais expostos aos jogos virtuais violentos e mais expostos à pornografia digital, ambos os gêneros possuem condições de acesso à internet e as famílias possuem instrução educacional razoável para auxiliá-los nos estudos, ambos os gêneros não têm preocupação com alimentação, saúde, habitação e limpeza do ambiente doméstico (geralmente possuem empregadas domésticas ou diaristas), continuam mantendo contato com as amigas através do telefone celular e também possuem maior convivência com a família, tendo em vista que seus responsáveis, em sua maioria, encontram-se em regime de teletrabalho<sup>15</sup>.

Dentro do pacote moral, encontram-se os estereótipos de gênero, as hierarquias dos papéis de gênero e as desigualdades de valoração destes. A moral é um conjunto de comportamentos considerados naturais, ou seja, o que a sociedade estabelece como correto/aceitável nas relações entre as pessoas. Pode sofrer interferências do tempo (o que era moral em 1800 não é imoral hoje em 2020), da cultura (há comportamentos aceitáveis em uma comunidade indígena que não são aceitáveis em ambiente urbano), da religião (o que é imoral para uma pessoa evangélica não o será para uma atea), da localidade (uma mulher residente no Irã usa vestimentas que a padronizam dentro da moralidade que, aqui no Brasil, será fora de cogitação).

É assustador, então, que, em razão de uma criança ser identificada com órgão genital feminino (vagina) e outra nascer com órgão genital masculino (pênis), o sistema as direciona para lados opostos, de forma a garantir a perfeita funcionalidade. Quando perguntamos à Defensora Pública da mulher ofendida da Comarca de Várzea Grande (MT) sua opinião sobre as desigualdades de sexo-gênero e, em caso positivo da percepção, quais as formas mais evidentes, ela disse:

*Desde o momento em que você como mulher resolve, por exemplo, ter um filho. Sua vida começa a mudar nesse momento, em todos os sentidos! [...] Por mais que você seja casada ou tenha pessoas que te ajudem, vai ser sempre para mulher. [...] a reprodução é um trabalho e a mulher não é remunerada para esse trabalho [...]. Quando eles crescem, crescem achando que essa atribuição é da mulher e, se a mulher foi criada um pouco mais progressista, dentro da família dela essas incumbências foram divididas. Haverá conflito com esse menino que foi socializado de forma diferente. E como é que vai se resolver isso? Ela terá que ter um jogo de cintura muito grande, para tentar reeducar essa criatura, de novo mais uma sobrecarga para a mulher [sic] (Defensora Pública da mulher ofendida, Comarca de Várzea Grande).*

Fausto-Sterling (1993) se pergunta onde estão as crianças intersexos. Para responder a essa questão, cita os estudos do psicólogo John Money, da Universidade John Hopkins, especialista no estudo de defeitos congênitos dos órgãos sexuais, o qual sugere a existência de aproximadamente 4% de seres humanos nascidos intersexos, entretanto, com o avanço da fisiologia e tecnologia

15 Um dos fatores mais preponderantes no engajamento no trabalho doméstico e principalmente no tempo dedicado a ele é a renda. No que diz respeito ao engajamento, tem-se uma diferença entre homens e mulheres: quanto mais alta a renda delas, menor a proporção das que afirmam realizar afazeres domésticos — entre aquelas com renda de até 1 salário mínimo, 94% dedicavam-se aos afazeres domésticos, comparados a 79,5% entre as mulheres com renda superior a 8 salários mínimos. No caso dos homens, observa-se uma maior proporção dos que realizam afazeres domésticos nas faixas mais altas de renda, sendo maior entre aqueles que auferem entre 5 e 8 salários mínimos — 57% deles realizavam afazeres domésticos, enquanto entre aqueles com renda mais baixa, cerca de 49% realizavam. Mas no que diz respeito ao tempo despendido com afazeres domésticos, tanto para os homens quanto para as mulheres, cai de maneira expressiva o número de horas à medida que cresce a renda (as mulheres na faixa mais alta gastavam cerca de 13 horas por semana, quase 11 horas a menos que as mulheres mais pobres. Entre os homens, aqueles com renda de até 1 salário mínimo (S.M.) gastavam 10,6 horas por semana com os afazeres domésticos, ao passo que os com renda superior a 8 S.M. despendiam 8,3 horas. Cabe mencionar que, além da possibilidade de contratar trabalhadoras domésticas, as famílias com rendas mais altas também têm maior acesso a eletrodomésticos. E uma das hipóteses explicativas para a redução do número de horas dedicadas aos afazeres domésticos pelas mulheres nos últimos vinte anos é, justamente, a ampliação do acesso a alguns eletrodomésticos, como a máquina de lavar roupa (PNAD, 2017, p. 4-5).

cirúrgica, médicos já conseguem identificá-los no momento do nascimento e imediatamente encaminhá-los para programas de controle hormonal e procedimento cirúrgico, para que, segundo o autor, possam se infiltrar silenciosamente na sociedade como machos e fêmeas heterossexuais “normais”. Ou seja, são mutiladas para se enquadrarem no modelo heterocêntrico.

Meninos, ainda hoje, estão ligados a todos os símbolos de atividade, ao espaço público, a força, coragem, riscos, liberdade; as meninas, ligadas a todos os símbolos de passividade, fragilidade, doçura, repressão, ao espaço privado. Quando o menino se recusa a incorporar pensamentos, sentimentos ou comportamentos dessa caixa, escuta geralmente a ordem: “*Aja que nem homem!*”; a menina escuta: “*Você é uma princesa, não pode fazer isso!*”.

Se estudos científicos estão caminhando para além dos binarismos e da fixidez no que diz respeito aos órgãos sexuais biológicos, não há razões para limitar a multiplicidade de identidade de gênero, a não ser quando as elites do poder — pessoas que centralizam a informação, criam as exigências do momento, comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna —, utilizando diversos símbolos para legitimar o poder e as decisões das três grandes bases — econômica, política e militar —, desejam a manutenção da moral e bons costumes da heteronormatividade; nesse caso, tornam-se entendíveis suas contra-argumentações sob a base de uma ideologia de gênero, afinal, segundo Eagleton (1997, p. 22), “[a] ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento”. Essa talvez seja a maior representação do mandato de masculinidade, porque o feminismo veio “meter o dedo na ferida” e mostrar novas formas de masculinidades e feminilidades. Quando surge esse movimento, prova-se que esse sistema é frágil, e as elites do poder percebem a perda do controle. Ora, o poder do macho (SAFFIOTTI, 1987) precisa ser reproduzido, incorporado e, portanto, sabendo que o poder flui nas relações, ele pode fluir de tantas outras formas inimagináveis.

Todas as vulnerabilidades de gênero supracitadas nos enviam o código de que o lugar das mulheres ainda não é onde elas desejarem. No pacote político — responsável pela organização desse sistema hierarquizado —, é possível observarmos que, no Brasil, de acordo com o “Relatório Índices e Indicadores de Desarrollo Humano 2018”, apenas 11,3% das mulheres ocupavam espaço na política em 2017. Somos mais de 50% de eleitoras e somente 31,6% mulheres concorreram a um cargo eletivo nas Eleições Gerais de 2018. A política é a arte ou ciência de governar, ligada a assuntos públicos. Infelizmente, assuntos políticos ainda não fazem parte do universo feminino, visto estarem ligados ao poder de falar, falar em público, liderando algo (a cabeça, e a mulher não deve ser a cabeça, ela é a costela de Adão). A questão é mais profunda: o problema não se restringe à eleição de mulheres (sexo-gênero), afinal sabemos que esse não é um grupo homogêneo, a exploração não é vivida da mesma forma por todas, mas identificar mulheres que busquem a construção de políticas de igualdade de gênero.

## **Gênero, sexualidade e desejo: repensando as masculinidades**

Gênero, sexo e desejo são construtivos, ou seja, “à medida que crescemos e nos desenvolvemos, nós, literalmente e não só “discursivamente” (isto é, através da linguagem e das práticas culturais), construímos nossos corpos, incorporando a experiência em nossa carne mesma” (Fausto-Sterling, 2001, p. 59). O que a autora quer dizer é que a existência de um corpo físico não exclui a existência do corpo social, ou vice-versa, e que precisamos analisar os dois em conjunto (e não separados), pois ambos estão interconectados. Por isso, referencia a filósofa feminista Elizabeth Grosz, a qual utiliza a faixa de Möbius para explicar que o corpo (cérebro, músculos, órgãos sexuais, hormônios, genes, entre outras partes) pode estar na superfície interna da faixa de Möbius, e a cultura/experiência/ambiente se constituiria na superfície externa; sendo ambas contínuas, podemos passar de uma para a outra sem nunca sairmos da superfície<sup>16</sup>.

16 Começo com os marcadores mais visíveis e exteriores do gênero — os órgãos genitais — para mostrar como o sexo é, literalmente, construído. Os cirurgiões removem partes e usam plástico para criar órgãos genitais “apropriados” para pessoas nascidas com partes do corpo que não são facilmente identificáveis como masculinas ou femininas. Os médicos acreditam que seu saber lhes permite “ouvir” a verdade que a natureza lhes diz sobre o sexo a que tais pacientes devem pertencer. Suas verdades, porém, vêm do campo social e são reforçadas, em

Por tal ponto de vista, vislumbramos que categorias de sexo, sexualidade e desejo estão interconectadas com as questões de gênero, que, sendo o alvo de análise, envolvem também aspectos políticos, econômicos, ambientais, culturais, religiosos, regionais e étnico-raciais historicamente construídos. Com Connel (2016), avançamos nos estudos críticos, ao descrever sobre ordens (organização/hierarquia) e regimes (práticas) de gênero, levando em consideração as experiências distintas de cada local do globo terrestre, destacando que, no Sul Global, onde nós, brasileirxs, estamos, a construção foi diferente em razão da colonização. Todos os países estão conectados, influenciando e sendo influenciados no que diz respeito às estruturas de dominação e exploração de mulheres, orquestradas perfeitamente para o desenvolvimento de uma ordem global marcada pela “convergência entre gênero, classe e nacionalidade” (BIROLI, 2018, p. 36).

No Brasil, o regime de gênero, após o processo de colonização<sup>17</sup>, tornou-se rígido; somente com a contemporaneidade recebemos influência de práticas de países com maior igualdade entre homens e mulheres, quando se passou a construir novas masculinidades. De modo geral, esse movimento não surgiu em consideração à consciência de práticas generificadas que geram desigualdades às mulheres, mas sim à experiência cotidiana de prejuízos aos homens, dos quais podemos citar, por exemplo, dificuldades por parte dos homens em: expressar suas emoções, o que acarreta sérios problemas de ordem psicológica, desde doenças mentais e até mesmo o suicídio, pois não desenvolvem habilidade de acolher os sentimentos e de compreender a si mesmo e outras pessoas; resolver conflitos de forma pacífica, já que são estimulados a reagir com agressividade e violência quando contrariados ou ameaçados; explorar a sua sexualidade, abrindo-se a modelos de relacionamento para além do heteronormativo entre outros prejuízos.

Nasce, então, a multidiversidade de masculinidades, inúmeras possibilidades de ser homem. É por este motivo que Connell (2016), apesar da presença atual de dissabores no enfrentamento das desigualdades de gênero — como o neoliberalismo (neutralidade do gênero: lucro para as pessoas mais espertas, independente do gênero, o que, por conseguinte, deteriora a posição das mulheres no mercado de trabalho), o apoio da elite do poder à ordem de gênero desigual (sem movimentos sociais organizados, mesmo que homens em sua individualidade se comprometam à igualdade de gênero, é difícil mudar as regras do jogo), o conservadorismo (ideologia política e social que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais no contexto da cultura e da civilização) e o fundamentalismo (doutrinas teológicas que dominam, exploram e excluem mulheres) —, vislumbra perspectivas de mudanças, por exemplo quando é despertado nos homens o interesse relacional com a igualdade de gênero, tendo em vista que grande parte das crianças nascem do sexo-gênero feminino, os pais desejam um mundo mais seguro para suas filhas.

## Considerações Finais

A Covid-19, nesse contexto pandêmico, tornou-se um novo gatilho para potencializar a violência de gênero em todo o globo, principalmente no ambiente doméstico. As causas são unívocas, envolvem fatores macro (crenças e valores que colocam homens na posição de dominar mulheres em várias sociedades) e microsociais (história pessoal com violência na família de origem, aprendizagem com violência e uso de força como forma de resolução dos conflitos, papéis familiares com evidência dos estereótipos de gênero, dinâmica familiar dentro da ordem patriarcal, baixa autoestima, isolamento<sup>18</sup>).

Muitos países estão tentando, de diversas formas, enfrentar o problema: Espanha implantou uma senha secreta para que mulheres peçam ajuda nas farmácias e canais de denúncia via *Short Message Service* (SMS), França implantou centros de aconselhamento *pop-up* em supermercados,

---

parte, pela tradição médica de tornar invisíveis os nascimentos intersexuais. [...] Parece difícil evitar a ideia de que nosso próprio entendimento científico dos hormônios, do desenvolvimento do cérebro e do comportamento sexual são, da mesma forma, construídos em contextos sociais e históricos específicos, e carregam suas marcas (Fausto-Sterling, 2001, p. 77-79).

17 Compreendemos este processo dentro do marco temporal que vai da primeira metade do século XVI até a primeira metade do século XIX. Estamos levando em consideração o período de invasão (descobrimento), início do povoamento, fim da colônia e independência.

18 Maciel e Cruz, 2009.

Portugal abriu novas vagas de abrigo, inclusive alugando quartos em hotéis e pensões *Airbnb*, Itália desenvolveu aplicativos de denúncias, e todos esses países intensificaram campanhas de conscientização pública sobre o fenômeno.

E no Brasil? Estamos sob o poder político de um governo federal misógino, autoritário, conservador, sem projeto de intervenção para os problemas do Brasil, com pautas de cunho religioso e moral. No que diz respeito à violência de gênero, observa-se, no cargo direcionador de políticas para mulheres (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), uma mulher sem conhecimento da temática, potencializadora da norma androcêntrica, declarando em público que “menino veste azul e menina veste rosa” e se autoafirmando “terrivelmente cristã”<sup>19</sup>.

Nossa realidade nacional é uma grande “pedra no sapato”, porém uma estratégia pode ser compartilhada como efetiva dentro do estado de Mato Grosso, as Redes de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres das comarcas de Barra do Garças e de Várzea Grande, modelos participativos que possibilitam a articulação de várxijs profissionais da rede de serviços — gestão e controle social das políticas de gênero, bem como serviços de atendimento — e que se tecem continuamente, segundo Inojosa (1999, p. 120), com a “mobilização de pessoas físicas e/ou jurídicas, a partir da percepção de um problema que rompe ou coloca em risco o equilíbrio da sociedade ou as perspectivas de desenvolvimento social”. São considerados saltos quânticos em termos de aplicação e efetividade da Lei 11.340/06 pelxs profissionais da rede de atendimento.

*Com a rede nós temos maior conhecimento dos profissionais que se integram e que por sua vez conversam mais. A gente consegue detectar os problemas na fonte e seguir buscando meios para prevenir a violência e tratar com mais cuidado. Os desafios são a continuidade dessa rede, a estruturação dela e cada vez mais o aprofundamento dos trabalhos para que não se perca o objetivo da rede e a luta contínua por melhoras das condições pessoais, para que a gente não tenha um entrave de demora processual, de prescrições, de descrédito por falta de aplicação da lei consentânea (Promotora de Justiça da Comarca de Várzea Grande).*

Essas redes possuem ações/serviços em funcionamento durante a pandemia que contribuem para a prevenção e proteção de mulheres ofendidas, como a Patrulha Maria da Penha (fiscalização das medidas protetivas), canais de denúncias virtuais, distribuição de cestas básicas e kits de higiene para as mulheres que são acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), disponibilização de cartilhas para construção de relações pacíficas em mercados e farmácias de bairros com alto índice de violência doméstica e atendimentos psicológicos gratuitos através de organizações da sociedade civil. Contudo podemos avançar ainda mais com o apoio de agentes comunitários de saúde no combate à violência, como bem apontou a professora de Demografia de Harvard Marcia Castro na live do Átila Iamarino, doutor em Microbiologia. A violência contra a mulher é um problema de saúde pública.

Na medida em que as autoridades orientam sobre a quarentena, ignoram que, para muitas mulheres, essa é também uma ação de risco. Inúmeras delas, por exemplo, residentes em comunidades rurais, ficam sem acesso a redes sociais, internet, estando completamente isoladas. Nesse sentido, é preciso, junto ao combate do vírus, traçar e fortalecer políticas públicas de mapeamento e monitoramento de situações de risco, tais como registros de denúncia por violência doméstica, monitoramento das medidas de proteção previstas na Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), articulação com as políticas de Assistência Social e Saúde no território, tanto na prestação de serviços relacionados aos benefícios emergenciais e programas de transferência de renda, quanto ao atendimento à saúde da mulher em caso de suspeita de Covid-19. Para muitas, o acesso à rede de atendimento é tardia, em detrimento de serem responsáveis pelos cuidados da família. É

<sup>19</sup> Em janeiro de 2019, a Folha de São Paulo publicou um vídeo, no qual a ministra Damare Alves enfatiza posicionamento favorável aos estereótipos de gênero ao dizer que o atual governo seria um marco de uma nova era, declarando, com veemência, que menino veste azul e menina veste rosa. Sua fala deixou claro que acredita que as questões de gênero são doutrinações ideológicas, as quais devem ser combatidas.

preciso, portanto, coadunar a luta de erradicação do vírus com a luta contra as múltiplas formas de violência de sexo-gênero.

Dito isso, importa esclarecer que a violência contra a mulher em espaços públicos e privados é uma realidade ainda pouco enfrentada e combatida pelo poder público. O confinamento forçado tem instigado diversas frentes feministas na denúncia da falta de equipamento público de atendimento e serviços para esse fim. O risco de possíveis casos de violência e morte em âmbito privado de mulheres nos coloca em situação de alerta sobre as medidas de prevenção ao vírus. São várias possibilidades, muitas delas a serem descobertas diante de uma experiência jamais vivida pela maioria de nós.

## Referências

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONIOL, Mathieu et al. **Gender equity in the health workforce: analysis of 104 countries**. Working paper 1. Geneva: World Health Organization; 2019 (WHO/HIS/HWF/Gender/WP1/2019.1). Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/311314/WHO-HIS-HWF-Gender-WP1-2019.1-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 maio 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANUTO, Érica. **A masculinidade no banco dos réus: um estudo sobre gênero, Sistema de Justiça penal e a aplicação da Lei Maria da Penha**. Natal: Ed. do Autor, 2018.

CONNELL, Raewyn. **Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics**. Tradução livre. Cambridge: Polity Press, 1987.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sat'Anna Martins. Revisão da tradução por Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **La civilización de los padres y otros ensayos**. El cambiante equilibrio de poder entre los sexos. En: Weiler, Vera (Comp. & Trad.). Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, 17/18, 2001/02, p. 9-79.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Os cinco sexos: porque macho e fêmea não são o bastante**. The Sciences, march/april, 1993, Tradução de Alice Gabriel. 2009. Disponível em: [https://www.academia.edu/38458731/\\_tradução\\_Os\\_Cinco\\_Sexos\\_-\\_Anne\\_Fausto-Sterling?auto=download](https://www.academia.edu/38458731/_tradução_Os_Cinco_Sexos_-_Anne_Fausto-Sterling?auto=download). Original disponível em: <https://museo-etnografico.com/pdf/puntodefuga/150121sterling2.pdf>. Acesso em:

30 ago. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

INOJOSA, Rose M. Redes de Compromisso Social. **Revista de Administração Pública** — RAP, Rio de Janeiro, v. 33, n. 5, p. 115-141, set./out. 1999. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7628/6155>. Acesso em: 23 jan. 2018.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2014.

MACIEL, Lucas da Costa. **Gay Indians in Brazil: Untold Stories of the Colonization of Indigenous Sexualities**. Cham: Springer International Publishing. *Revista de Antropologia da UFSCar*, Santa Catarina, v. 1, p. 424-431, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2018/08/v10n1-22-Maciel.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

MINUCHIN, Salvador. *Famílias: Funcionamento & Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. **Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências**. São Paulo: 2014. Disponível em: [http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por\\_ser\\_menina\\_resumoexecutivo2014.pdf](http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por_ser_menina_resumoexecutivo2014.pdf). Acesso em: 25 maio 2020.

PNAD — PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRAS DE DOMICÍLIO. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf). Acesso em: 25 maio 2020.

PNUD — PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índices e Indicadores do Desenvolvimento Humano: Atualização Estatística de 2018**. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018\\_human\\_development\\_statistical\\_update\\_es.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update_es.pdf). Acesso em: 22 set. 2019.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementares de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003. Disponível em: <http://mercosursocialsolidario.org/valijapedagogica/archivos/hc/1-aportes-teoricos/2.marcos-teoricos/3.libros/RitaSegato.LasEstructurasElementalesDeLaViolencia.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SEN, Amartya. A ideia de justiça. **Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido em 06 de junho de 2020.  
Aceito em 13 de fevereiro de 2023.